



INCLUSÃO DE ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO SUPERIOR É POSSIVEL

Profa. Ms. Sônia Helena Costa Galvão de Lima

Centro Universitário CESMAC-Maceió-AL

sonia.lima@cesmac.edu.br

Profa. Dra. Edileine Vieira Machado

Centro Universitário CESMAC-Maceió-AL

edileine.machado@cesmac.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo descrever, estudar e compreender os fatores da relação humana na prática educativa com uma aluna com síndrome de *Down* no curso de Pedagogia. O estudo foi fundamentado numa concepção humanista de educação com ênfase nas dimensões relacionais do processo educativo. As bases lógicas dessa pesquisa foram pautadas no método fenomenológico. Do ponto de vista da forma da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como procedimento técnico o Estudo de Caso. A escolha do procedimento se justifica por se tratar de uma investigação que se assume “particularista”, debruçando-se sobre uma situação específica, buscando o que há nela de essencial e relevante. Como resultados o estudo sinaliza que a docência no ensino superior deve ser uma prática humana que se destina à formação de pessoas integralmente, permeada pela ética, pelo respeito e pelo compromisso. Educar na alteridade do outro exige uma atitude de amor, de criatividade, de congruência, de sensibilidade, de flexibilidade e disponibilidade para uma relação que vai além da objetividade técnica pedagógica. Nesse sentido, o estudo ao identificar e compreender esses fatores humanos como fatores que contribuíram para a inclusão da aluna com síndrome de *Down*, considera relevante sinalizar que para a educação inclusiva se efetivar nas instituições educacionais em qualquer nível de ensino, não se faz importante apenas o investimento em políticas públicas e formação técnica de gestores e professores, mas, faz-se necessário o investimento em formação em humanidade para que se possa possibilitar o desenvolvimento de um novo olhar, um olhar que não se centre apenas nas dificuldades e nos impedimentos, mas nas possibilidades de aprendizagem e em tudo que possa facilitá-las. Assim, é necessária a compreensão de que uma limitação não pode e nem deve ser entendida como o limite de uma pessoa. A educação necessita assumir o compromisso com o ser, fazendo com que cada pessoa tome o destino em suas mãos e contribua com o progresso da sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Inclusão no Ensino Superior, Políticas Públicas de Educação

O interesse em realizar esse estudo na área da Educação Inclusiva e mais precisamente sobre os fatores da relação humana na prática educativa com o sujeito com a síndrome de Down no curso de pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC), se deve à prática de uma experiência exitosa com a presença de uma aluna com a Síndrome de Down no curso de Pedagogia.



Este trabalho teve por objetivo identificar, descrever, analisar e compreender a partir de uma experiência exitosa, os fatores da relação humana que favorecem o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas no ensino superior com o sujeito com a Síndrome de Down. Numa abordagem fenomenológica, como procedimento metodológico foi adotado estudo de caso.

A literatura tradicional sobre as classificações de deficiência intelectual contribui significativamente para a visão que os professores e a sociedade, em geral, têm sobre a deficiência intelectual. Podemos assim, verificar classificações com “tetos” de aprendizagem fixada por inúmeros autores para sujeitos com diagnóstico de deficiência intelectual. São esses prognósticos, portanto, que acabam definindo o desenvolvimento do sujeito com deficiência. Portanto, por consequência, observa-se a ausência de expectativas dos educadores e da sociedade sobre as possibilidades desses sujeitos.

Usando como referencial a concepção de desenvolvimento de Vygotsky, acreditamos que não devemos considerar o desenvolvimento que já foi efetivado, desconsiderando as funções que estão em processo de maturação. As práticas educativas devem se apoiar em desenvolver os processos que ainda não se consolidaram, ao invés de se apoiarem nos limites do sujeito.

Foi baseada nesse entendimento que nos lançamos ao desafio de investigar as possibilidades educativas de um sujeito Down no Ensino Superior.

O ponto de partida foi entender que aquele sujeito estava ali na sala de aula e que era preciso possibilitar o seu desenvolvimento, que, portanto, consiste na própria natureza do trabalho educativo: a busca de superação. O ponto de chegada foi desenvolver os apoios necessários para permitir o acesso à aprendizagem daquele sujeito e o método a ser adotado seria o que se pretende identificar, descrever, analisar e fundamentar nesse estudo.

Para o desenvolvimento desse estudo se fez necessário entender que o conceito de “Inclusão” tem sido tratado exhaustivamente na literatura especializada. Esse conceito representa uma evolução face ao conceito de “Integração” na medida em que inclusão representa um modelo de pertença total à instituição, enquanto que a integração se refere à adaptação à mesma. Nesse sentido, o processo de inclusão é determinado pela interação entre as variáveis individuais e as do envolvimento. O processo de Integração/Inclusão é, pois, um processo interativo e dinâmico resultante da influência mútua de múltiplos fatores.

A concepção de deficiência não se encontra centrada nas características individuais, mas sim, nas restrições sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. E sim, a deficiência é entendida como uma questão de direito a oportunidades iguais. Na mesma direção os autores



(VOIVODIC, 2004; CARNEIRO, 2009; JANNUZZI, 2006) concebem a deficiência como uma limitação da sociedade, em oferecer condições que possibilitem a superação de barreiras físicas, educacionais, econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o diagnóstico busca identificar as necessidades de apoio e suporte que deverão ser oferecidos pelo meio social.

O ingresso de uma aluna com a Síndrome de Down na Faculdade de Educação e Comunicação (FECOM) do CESMAC provocou as mais diferentes reações entre os docentes e alunos do curso. A mãe da aluna se encontrava eufórica com a conquista da filha, o que motivou reportagens, entrevistas em jornais e na TV, sendo, portanto considerada uma grande conquista da aluna e da família.

Na sala dos professores eram vários os discursos sobre o desempenho da aluna, alguns colegas ficaram aborrecidos com as colocações que a mesma fazia em sala de aula. Segundo eles, totalmente fora do contexto do que estava sendo discutido em sala de aula e ainda ressaltavam a lentidão no processo de escrita que a mesma apresentava, alegavam que não seria possível acompanhar o ritmo da mesma, pois, para fazê-lo prejudicariam os demais alunos.

Posto isso, começamos a nos posicionar diante dos discursos que ouvíamos sobre a aluna, procurávamos sempre que possível refletir juntos aos colegas as possibilidades da ação educativa junto à mesma, isto é, como poderíamos possibilitar o acesso à aprendizagem da mesma? Que caminhos teríamos que percorrer?

O primeiro passo foi sensibilizar a turma no convívio com a jovem, visto que eram muitas as dificuldades de convivência.

Começamos, então, a trabalhar no 3º período de Pedagogia, realmente era uma turma muito hostil ao discurso e ao comportamento da aluna Down.

Posto isso, percebemos que precisava conhecer a realidade dos sentimentos da aluna diante da experiência universitária. A mesma relatou ainda sentir por parte da maioria dos professores uma falta de compreensão as suas dificuldades. Solicitamos um encontro com sua mãe, uma senhora de idade avançada, de nível superior, aposentada, com um bom nível sócio econômico, separada do marido, devido às dificuldades de convivência diante da realidade de ter uma filha Down, sendo a jovem sua única filha.

No contato com a mãe, percebemos a intensidade do nível de responsabilidade que a mesma depositava na filha. Ao analisar a situação, é nítida a intolerância das colegas de turma quanto ao fato da aluna Down não assumir uma postura de desvantagem diante delas, ao contrário



sabia se defender se apropriando do que tinha a seu favor, a condição financeira e o seu computador.

Na ocasião diante do exposto, a turma identificou características de comportamento apresentadas pela mesma, só que com um diferencial, o diferencial da compreensão. A partir desse trabalho uma boa parte da turma mudou de postura no relacionamento com ela. Todavia, logo entendemos que essa não era a forma correta, iríamos provocar o ciúme dos outros alunos e ao invés de socializá-la acabaríamos por excluí-la ainda mais do grupo. Ocorreu-nos assim uma ideia de oferecer com antecedência o material que seria trabalhado, com o intuito que as intervenções da aluna fossem mais aproximadas ao contexto da aula. Fazíamos elogios pela sua compreensão da questão que estava sendo discutida. Foi muito gratificante perceber o desenvolvimento daquela jovem, inclusive partilhávamos com os meus pares cada experiência que fazia.

Na primeira avaliação (objetiva), permitimos que usasse consulta, o material de estudo foi delimitado conforme os objetivos da avaliação. Porém, percebemos que mesmo assim ainda faltava algo, o material servia mais como um suporte para sua insegurança do que efetivamente de ajuda.

Percebemos então, que a aluna necessitava de outras adaptações, decidimos que os conteúdos seriam mantidos, porém o enunciado das questões seria reduzido, assim como o número de opções de resposta. Seu desempenho foi bem acima do esperado, com méritos próprios conseguiu a nota seis.

Alguns colegas, portanto, nos perguntavam onde acreditávamos que ela podia chegar, se realmente acreditávamos que ela podia exercer a Pedagogia. Se tudo aquilo não era um faz de conta e que apenas se passava a mão na cabeça da aluna. Porém, talvez o que eles não entendessem era que não estávamos fazendo assistencialismo, efetivamente, não passávamos a mão na cabeça da aluna e sim, demos a mão para a aluna.

Para efeito deste estudo é importante compreender “a inteligência como uma estrutura aberta onde a partir das relações, das trocas, a pessoa aprende, muda e se transforma” (FIERRO, 2004, p. 197). A prática docente com uma aluna com a Síndrome de *Down* requer uma visão de ser humano que seja capaz de entendê-lo como um ser de relações.

O ser humano é um ser de relações que transcende a si próprio por estar, constantemente se superando e exteriorizando seu ser a partir das relações que estabelece. Desta forma, o ser humano é antes de tudo um ser de relações e é impossível conceber a sua vida fora dessas relações, que por um lado, o condicionam, mas por outro significa a própria possibilidade de humanização.



A dimensão relacional no processo pedagógico é uma instância que foi aos poucos deixando de ser foco das exigências, de uma sociedade profundamente desenvolvida em ciência e tecnologia e defasada em humanização. Portanto, a ausência de um sentido existencial convive lado a lado com grandes conquistas humanas na área do conhecimento. No âmbito dessa reflexão, é necessário o resgate de nossa própria humanidade, sob a pena de nos construirmos – e aí, sim – como deficientes humanos.

Nessa perspectiva, quando ficamos restritos e limitados a primeiras impressões, ao imediatismo, a conceitos pré-estabelecidos ou ainda ao preconceito, podemos incorrer no erro de impedir que o outro se revele em sua verdadeira face, empobrecendo o encontro, ou melhor, favorecendo o desencontro.

O preconceito não é um fenômeno que paira na sociedade, pois se concretiza em atitudes, pensamentos, sentimentos e comportamento humano. Desse modo, não é um fenômeno inerente ao homem, trata-se de uma produção humana, que tem adquirido uma variedade de formas e conotações, pois, trata-se de um fenômeno social que se faz presente nos diversos espaços da convivência humana, entre eles, nas instituições educacionais.

Educar na alteridade exige uma atitude de amor. Ninguém consegue ter consistência plena da essência do outro sem amá-lo (FRANKL, 2015, p. 100). Destacamos o amor como um portal para a congruência com o outro. Entendendo a congruência como a harmonia entre as pessoas.

É bem verdade que para muitos, relacionar o ato de educar a um ato de amor, pode parecer uma construção inocente e romântica. Ao citar o amor pelo ser humano como fator de importância na relação pedagógica, não se trata de uma posição ingênua e assistencialista, e sim, um entendimento que nos leva a congruência e a compreensão do outro com direito e respeito à sua singularidade.

Pino (1997, p. 130), ao discorrer sobre a afetividade e vida de relação, afirma:

Os fenômenos afetivos representam a maneira como os acontecimentos repercutem na natureza sensível do ser humano, produzindo nele um elenco de reações matizadas que definem seu modo de ser-no-mundo. Dentre esses acontecimentos, as atitudes e as reações dos seus semelhantes a seu respeito são, sem sombra de dúvida, os mais importantes, imprimindo às relações humanas um tom de dramaticidade. Assim sendo, parece mais adequado



entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam [...].

Nesse sentido, é preciso colocar sentimento e esperança no ato de educar e é isto que nos faz sensíveis ao que está a nossa volta. É o sentimento que nos une às coisas e nos envolve com as pessoas, tornando-nos coautores no processo de aprendizagem.

Todos têm potencialidades até mesmo aqueles sujeitos cuja deficiência limita sua cognição. O professor, cujo amor, respeito e congruência perpassam sua prática, faz com que as possibilidades do sujeito, que muitas vezes se encontra obstaculizada pelas profecias da impossibilidade de desenvolvimento, venha a se realizar. De acordo com Frankl (2015, p. 100), “não devemos esquecer nunca que também podemos encontrar sentido na vida quando nos confrontamos com uma situação sem esperança, quando enfrentamos uma fatalidade que não pode ser mudada”.

Dessa forma, o verdadeiro educador, quando não pode mudar uma condição que vem definida biologicamente, necessita do desafio de mudar a si mesmo. Contudo, o profissional comprometido com a aprendizagem, que vê no aluno com deficiência a capacidade de superação, de desenvolvimento, assume uma postura de investigação.

A proposta da educação inclusiva envolve um processo de desconstrução dos saberes que recebemos na formação inicial e dos que construímos ao longo do percurso: de verdades pré-estabelecidas. A prática da docência necessita se permitir caminhar em um universo desconhecido, um caminho que necessita muitas vezes ser desbravado.

Pode parecer algo simples de se executar, porém não o é, colocar-se no lugar do outro é inevitável quando se deseja compreender os sentimentos e as dificuldades que se incidem sobre uma condição.

Carvalho (2009, p. 44) discorrendo sobre a proposta de educação inclusiva afirma que:

[...] os professores que assimilaram a inclusão como um valor e como um princípio, tomam essa premissa como básica e em vez de ficarem indiferentes às diferenças tratam de reconhecê-las e de identificar as necessidades de todos e de cada um para ajustar sua prática pedagógica centrando-a na aprendizagem, em vez do ensino.



Uma pessoa com Síndrome de *Down* tem um comprometimento cognitivo que interfere em seu comportamento adaptativo e sua capacidade de abstração, porém sua dignidade de ser humano é conservada. Assim posto, a própria expressão Síndrome de *Down* chama a atenção sobre o que a pessoa não pode fazer. As atitudes dos professores em relação à capacidade dos alunos têm um efeito poderoso sobre como eles veem a si mesmos.

A flexibilidade é outro fator importante que contribui no desenvolvimento das possibilidades educacionais dos alunos com necessidades educativas especiais, que se traduz pela sensibilidade do professor de modificar planos, atividades, metodologia, na medida em que a reação dos alunos ofereçam pistas, pois na verdade, a pessoa que aprende diferente, mostra o caminho. Trata-se, assim, de promover uma aprendizagem centrada nas possibilidades e não nas dificuldades.

A pessoa mesmo com deficiência precisa de uma realização, afinal, todos nós precisamos. E, contudo, necessita ser reconhecido por fazer bem alguma coisa. A construção de um novo pensar e repensar exige uma nova reflexão. Educar é uma tarefa complexa que requer de cada um de nós um posicionamento, uma postura que exige uma ampliação do olhar.

A inclusão escolar, para ser exitosa, requer esforços que necessariamente demandam olhares diversos, questionamento a certos paradigmas relacionados à maneira de conceber a deficiência e entender os processos de ensino e aprendizagem (DENARI, 2008, p. 35).

O ser humano é uma pessoa em permanente processo, a busca da transcendência do inacabado abre espaço para a sua construção em um movimento de se fazer e refazer no mundo. Aprender é uma atividade central da espécie humana. A relação com o saber é uma relação consigo mesmo é uma relação com o mundo.

Ao não se possibilitar, por preconceito, o direito de aprender, o educador estará dificultando as relações da pessoa com o mundo. A ação educativa deve estar a serviço da superação, derrubando o mito da neutralidade, é importante que se possa trabalhar por uma educação impulsionadora do desenvolvimento, da justiça e da cidadania.

Educar na perspectiva da inclusão é uma prática que necessita ser refletida e partilhada junto ao coletivo da instituição. De modo que seja institucionalizado um espaço permanente de reflexão para discutir o trabalho pedagógico na comunidade educacional.



Machado (2011, p. 16) ilustra em uma pesquisa realizada por ela a respeito do estado da arte de “espaço inclusivo”, em periódicos nacionais no período de 2004-2006, que o uso de conceitos muitas vezes utilizados como sinônimos apresentam uma significativa preocupação com o espaço físico e com a pessoa, porém com uma visão reduzida da dimensão antropológica:

Embora os artigos de periódicos enfatizem a necessidade de inclusão, em entidades consideradas inclusivas, no decorrer, apresentam geralmente a descrição de práticas inclusivas, mas não na sua totalidade, o que vem reafirmar a hipótese de que há práticas inclusivas em espaços inclusivos e que a concretização de políticas públicas de inclusão em nível macro se dá a partir do micro.

Nessa perspectiva, se o movimento de inclusão parte de uma dimensão micro para uma dimensão macro, confirma-se a necessidade da educação se encontrar fundamentada na busca intencional e contínua de um crescimento em humanidade.

Entender a educação como um processo de participação orientado de construção conjunta que leva a negociar e compartilhar significados faz com que a rede comunicativa que se estabelece na sala de aula seja marcada por um ambiente cooperativo e estimulante, de modo a favorecer o desenvolvimento.

Muitas vezes, as grandes soluções se escondem nas estratégias mais simples. É o que sinaliza as pesquisas internacionais sobre experiências exitosas de inclusão (UNESCO, 2009). Desse modo, é essencial que os alunos se sintam acolhidos em sua diversidade com professores que os autorizem a pertencer ao ambiente de aprendizagem.

Morales (2000, p. 54) destaca a importância das relações interpessoais dizendo:

A qualidade das relações interpessoais manifesta-se de muitas maneiras: dedicar tempo à comunicação com os alunos, a manifestar afeto e interesse (expressar que eles importam para nós), a elogiar com sinceridade, a interagir com os alunos com prazer... O oposto é a rejeição, a distância, a simples ignorância a respeito dos alunos, o desinteresse... (mostrado ao menos por omissão).



Assim, as relações pessoais, interpessoais e sociais em sala de aula envolvem toda uma carga de afetividade que reflete desejos, expectativas, valores, intenções, parcerias, cooperação, competição que juntos compõem os movimentos de seres em relação, nos quais professores e alunos se desenvolvem como pessoas afetando-se mutuamente uns no desenvolvimento dos outros.

Educar no contexto da inclusão é uma tarefa complexa que requer de cada um de nós um posicionamento uma postura que exige a ampliação do olhar, porém um olhar que se volte para o outro, vendo-o como ser de possibilidades, porque a vida precisa ser um espaço de realização para todos.

Falar em Educação Inclusiva é falar na dimensão humana da educação, posturas devem ser repensadas, atitudes redimensionadas. A educação consiste em reconhecer, manter e promover em cada ser a sua dignidade. Portanto, necessário se faz rever nossa visão de homem, entendê-lo como um ser de relações, capaz de aprender, mudar e transformar a sua realidade. É no coletivo e por ele que sujeitos com deficiência intelectual podem: conhecer, conceituar, elaborar e significar o mundo. Assim sendo, a educação necessita estar comprometida com o ser, o apoio do professor no resgate do sujeito com deficiência aos próprios olhos é fundamental, como importante também se faz a preocupação com o desenvolvimento do sujeito no processo educativo e a utilização de estratégias adequadas na flexibilização dos métodos de ensino.

Diante da realidade estudada, identifica-se que a Educação Inclusiva embora considerada direito e assegurada em diversos documentos legais, ainda encontra inúmeras barreiras. Não é a questão de proporcionar ou não uma educação inclusiva no ensino superior, mas como levar à prática esse tipo de educação de forma que possa aumentar o êxito dos alunos que lá chegam e, contudo, gerar mudanças nos valores instaurados na sociedade para os alunos com deficiência.

A inclusão escolar é mais complexa quando se remete ao ensino superior. É comum o questionamento do sentido e do valor de proceder à inclusão desses alunos em uma etapa cujos objetivos talvez sejam inatingíveis. Assim, dá-se o acesso por força da legislação às pessoas com deficiência em salas regulares, mas, essas pessoas muitas vezes pela falta de credibilidade na possibilidade de desenvolvimento são esquecidas ou abandonadas à própria sorte dentro das instituições de ensino superior.

Nesse sentido, é relevante uma prática docente humanizada, atenta às necessidades do outro que aprende diferente, não por bondade ou com práticas assistencialistas, mas por um trabalho em que as diferenças não sejam produzidas e naturalizadas por práticas pedagógicas que coloquem nos ombros dos alunos a incapacidade para aprender.



No decorrer deste trabalho, vimos que as pessoas com síndrome de *Down* possuem algumas funções cognitivas comprometidas, porém, também vimos que apesar dessas limitações, não significam o seu limite. Conforme estimulação do ambiente e as singularidades de cada pessoa existem possibilidades de aprendizagem, inclusive no ensino superior.

Assim posto, para que essa aprendizagem se processe, fatores da relação humana na docência com esses alunos foram compreendidos como fundamentais. Educar no contexto da inclusão é uma tarefa complexa que requer de cada um de nós um posicionamento, uma postura que exige a ampliação do olhar, porém um olhar que se volte para o outro, vendo-o como um ser de possibilidades.

Nessa visão, os objetivos desse nível de ensino necessitam ser flexibilizados para que se possa acompanhar a efetividade do desenvolvimento dessas pessoas. No caso que deu origem à realização deste estudo, percebe-se que a concepção de educação como um processo que tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua totalidade; de aprendizagem, entendida como uma obra de transformação; e de ser humano como um ser inacabado e em permanente processo, promovendo o desenvolvimento de uma prática pedagógica que teve como foco investigar as possibilidades, sem se intimidar diante das reais dificuldades que impulsionam importantes mudanças a partir das oportunidades educacionais e relacionais.

A prática educativa na perspectiva da inclusão deve se realizar em um encontro entre educador e educando como pessoas. É relevante uma mudança na cultura organizacional, no sentido de um comprometimento ético de uns com os outros. Ressaltar a importância do compromisso ético é entender o valor da dimensão humana na prática pedagógica e essa dimensão de humanidade deve estar na raiz da prática docente.

Dessa forma, a pesquisa se propôs descrever, estudar e compreender, a partir de uma experiência exitosa na prática educativa, os fatores da relação humana que possibilitaram o acesso à aprendizagem da aluna com Síndrome de *Down* no curso de Pedagogia.

Os resultados revelam que a relação entre professor e aluno depende fundamentalmente do clima estabelecido pelo educador, de sua relação empática, de sua capacidade de ouvir, refletir, discutir, (re)significar práticas, e da criação de pontes entre o seu conhecimento e a aprendizagem dos alunos.

Evidenciou-se, ainda, a abertura e disponibilidade para compreensão do outro que chega a nossas vidas como um fator humano que sugere a primeira possibilidade de relações significativas. Outro ponto importante, o amor pelo ser humano, que se apresenta como forma de comunicação,



porém, não um amor no sentido assistencialista, mas como estrutura de congruência, compreensão, tolerância e respeito à alteridade.

Outros fatores humanos identificados foram a sensibilidade e o compromisso com a mobilização do grupo, favorecendo as relações e promovendo adaptações de acesso à aprendizagem: modificando planos, metodologia, avaliações e colocando o fracasso em perspectivas, no entendimento que ao descobrir o que não funciona pode ajudar a imaginar o que funciona.

A postura assumida pela docente em não determinar caminhos, mas orientar e acompanhar o percurso da jovem *Down* foi também identificado como outro fator humano relevante ao êxito da experiência. Com a intuição que sempre esteve ao lado da sensibilidade, intuição compreendida como um conhecimento imaginativo e criativo, que longe de ser uma falsa maneira de pensar, colaborou a ajudar a encontrar saídas para as diversas situações que se apresentavam.

Desse modo, pode-se verificar a partir deste estudo que uma limitação não é o limite de uma pessoa, o papel do professor é imprescindível no processo de aprendizagem do aluno, principalmente tendo esse aluno necessidades educativas especiais. É necessário ao ato de educar um total compromisso com o ser, posto que está nas mãos dos professores o destino desses jovens para a sua inclusão e pertencimento ao grupo e, conseqüentemente, o direito à cidadania ou em ser um rosto anônimo na multidão.

Experiências têm nos mostrado restrições e preconceitos aos direitos das pessoas com deficiência no ensino superior. Enquanto um ambiente que agrega a diversidade, esse nível de ensino precisa criar políticas organizacionais que respeite a alteridade das pessoas, proporcionando não apenas o acesso físico, mas, investindo na acessibilidade atitudinal que se identifica através de outras pesquisas como uma das maiores barreiras à permanência e sucesso de pessoas com deficiência no ensino superior.

Pessoas com deficiência também têm o direito de projetar a vida para um futuro. O ensino superior é *locus* do conhecimento, mas precisa ser *locus* da pluralidade. Esse processo requer um movimento de desconstrução, rupturas, em função de um trabalho coletivo permeado por um “nós ético”, que promova um espaço que deve ser propício para aprendermos a lidar com a alteridade. Educar na e para a diversidade é uma tarefa complexa que requer de cada um de nós um posicionamento, uma postura, que exige uma ampliação do olhar.

O estudo não tem a intenção de responsabilizar os professores apenas pelo êxito do processo de inclusão no ensino superior, mas sinalizar a importância desse profissional no



desenvolvimento de uma sociedade mais justa, humana, fraterna e solidária. E, para finalizar, fica a expectativa de que essa vivência na docência, que se tornou uma experiência pela prática refletida, possa ser desencadeada no ensino superior com mais frequência.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sylvia Maria Cardoso. **Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. “A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos”. In: GOMES, Márcio (org.). **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNESCO. **CONFERÊNCIA Mundial do Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas no Ensino Superior e Pesquisas para a mudança e Desenvolvimento Social**. UNESCO - Paris, 5 a 8 de julho.

DENARI, Fátima Elizabeth. “Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas”. In: **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 31-39, ago./dez. 2008. Disponível em: http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/pdf/volume_2/rev_n%C2%BA2_3_denari.pdf. Acesso em 22 jun. 2012.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo num campo de concentração**. 25^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FIERRO, Alfredo. “Os alunos com deficiência mental”. In: PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro; COLL, César (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: ARTMED, 2004, v. 3., pp. 191-214,

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP; Autores Associados, 2006.

MACHADO, Edileine Vieira. “Espaços Inclusivos: uma contribuição de Josef Pieper”. In: LAUAND, Jean; CASTRO, Roberto C. (Org.). **Filosofia e Educação - Universidade. 2.** (Vários Autores). São Paulo: Factash, 2011, pp. 159-16.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.



PINO, I. “A lei de diretrizes e bases da educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional”. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.